

A. I. N° - 09024964/01
AUTUADO - M. ACHAN
AUTUANTE - JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 06.08.2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0267-04/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 21/09/2001 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 600,00, em razão da falta de emissão de documentos fiscais em vendas a consumidor, apurada mediante Auditoria de Caixa.

O autuado apresentou defesa tempestiva e alegou que é uma microempresa com pequeno movimento e que a importância encontrada em caixa era referente a moedas de troco. Diz que a multa indicada representa mais que o seu lucro obtido em uma semana.

Na informação fiscal, o autuante disse que a Auditoria de “Caixa” (fl 4) foi motivada pela Denúncia n° 687/2001 (fl. 3). Explicou que a diferença positiva de R\$ 155,05 representa venda realizada sem emissão de documento fiscal. Aduziu que foi emitida a Nota Fiscal n° 5168 (fl. 5). Afirmou que o fato de o autuado ter optado pelo SIMBAHIA não o desobriga de emitir notas fiscais. Ao final, opinou pela procedência da autuação.

VOTO

A Auditoria de Caixa, efetuada pela fiscalização nos estabelecimentos varejistas, é um procedimento fiscal largamente aceito por este CONSEF, desde que seja embasado em provas e devidamente circunstanciado.

Entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa (fl. 4) comprova que o autuado efetuou vendas, a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 13/09/2001, no valor de R\$ 155,05. Para consubstanciar a infração, o autuante, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, no valor da diferença apurada e lavrou o presente Auto de Infração para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação tributária acessória.

A alegação do autuado, de que a diferença constatada na Auditoria de Caixa era referente a moedas destinadas a troco não procede, pois, conforme o Termo de Auditoria de “Caixa”, o saldo de abertura declarado pelo autuado foi zero. Do mesmo modo, a opção pelo SIMBAHIA não o desobriga da emissão de documentos fiscais, e a alegada dificuldade para pagamento da multa não elide a acusação. Além disso, a emissão da Nota Fiscal n° 5168 (fl. 5) constitui um reconhecimento da infração cometida.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 09024964/01**, lavrado contra **M. ACHAN**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 600,00**, prevista no art. 42, XIV-A, da Lei nº 7.014/96, acrescentado pela Lei nº 7.438/99 e alterada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de julho de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR